

Entre

- A Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça (CAAJ)
- e
- A Direção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ)

É celebrado o seguinte **PROTOCOLO**:

Considerando que:

- Nos termos do disposto no artigo 12.º, n.º 10, da Lei n.º 22/2013, de 26 de fevereiro, os Administradores Judiciais estão obrigados a frequentar as ações de formação contínua definidas pela CAAJ (a entidade referida no seu artigo 31.º, criada pela Lei n.º 77/2013, de 21 de novembro);
- Nos termos da mesma disposição, compete à CAAJ estabelecer os protocolos que julgue necessários;
- Da discussão pública dos modelos formativos dos Administradores Judiciais, e dos princípios apresentados em reunião do órgão de gestão da CAAJ em 23 de dezembro de 2016, resulta que esta formação deverá basear-se na credenciação de módulos em ofertas formativas pré-existentes (mestrados, pós-graduações, etc.) e no desenvolvimento de ofertas formativas específicas;
- A principal missão da DGAJ é colaborar na definição, promoção e execução das políticas de justiça, na área da organização judiciária e assegurar o apoio ao funcionamento dos Tribunais;
- Constitui também missão da DGAJ programar e executar as ações relativas à gestão e administração dos trabalhadores dos tribunais, incluindo a programação e a execução das ações de formação inicial e subsequente;
- A DGAJ participa, em articulação com a Direção-Geral da Política de Justiça, na realização de estudos tendentes à modernização e à racionalização dos meios à disposição do sistema judiciário, propondo e executando as medidas adequadas, bem como participa na conceção e colaborar com o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P., no desenvolvimento, implantação, funcionamento e evolução dos sistemas de informação do sistema judiciário.



ACORDAM A CAAJ E a DGAJ NO SEGUINTE:

Cláusula Primeira

Anualmente, a CAAJ e a DGAJ definirão por acordo um conjunto de ofertas formativas – dentro das pré-existentes, ou criadas à medida – que serão disponibilizadas por estas aos Administradores Judiciais e aos Oficiais de Justiça que nelas se inscrevam, bem como os encargos a suportar por cada um dos inscritos e pela CAAJ e a DGAJ.

Cláusula Segunda

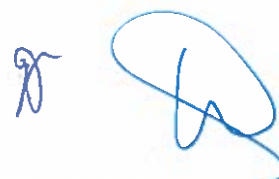
A DGAJ compromete-se a controlar a presença e participação dos Administradores Judiciais nas ofertas formativas que disponibilizar, quer elas sejam específicas, quer sejam integradas em ofertas formativas disponibilizadas ao público em geral, e a dar disso conhecimento à CAAJ, por outro lado, a CAAJ compromete-se a controlar a presença e participação dos Oficiais de Justiça nas ofertas formativas que disponibilizar, quer elas sejam específicas, quer sejam integradas em ofertas formativas disponibilizadas ao público em geral, e a dar disso conhecimento à DGAJ.

Cláusula Terceira

Independentemente dos modelos de cooperação institucional previstos nas anteriores cláusulas, a CAAJ compromete-se a definir, por acordo com a DGAJ, uma equivalência entre as ofertas formativas pré-existentes nesta e as horas de formação obrigatória que vierem a ser estabelecidas para os Administradores Judiciais por regulamento da CAAJ, de modo a incentivar a participação voluntária destes nessas formações.

Cláusula Quarta

1. O presente Protocolo renova-se anualmente se não for denunciado por qualquer das partes com três meses de antecedência em relação à data de cada aniversário da sua celebração.




2. A comunicação prevista no artigo anterior poderá ser feita por carta registada ou para os endereços eletrónicos dos pontos de contato de cada parte, estabelecidos em anexo.

O presente protocolo é celebrado em Lisboa, aos 11 de setembro de 2019.

CAAJ
A Presidente

(Maria Teresa Moraes Sarmento)

DGAJ
O Diretor-Geral

(Luís Borges Freitas) Luís Borges Freitas
Diretor-Geral

